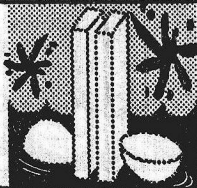


CPI - orçamento

**“Estas informações
chegaram tarde”
comentou Magalhães**



44

**“Não há erro, os
números do JB são os
do relatório”**

Relatório de telefonemas vai para outra CPI

■ Comissão Parlamentar de Inquérito das Empreiteiras é que aproveitará o trabalho de cruzamento das chamadas telefônicas

Brasília — Arnildo Schulz

O relatório das ligações telefônicas, que comprova o relacionamento de 17 parlamentares e dois governadores com oito empresas de construção civil será enviado à CPI das Empreiteiras. “Estas informações chegaram tarde, não poderemos investigá-las”, comentou o relator da CPI, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), demonstrando a intenção de não incluí-las em seu relatório. Mesmo assim, o relator disse que teria uma conversa com os coordenadores das subcomissões para avaliar se os dados revelados poderiam ser considerados no relatório final. “Não quero tomar nenhuma decisão isolada”, explicou.

Somente ontem pela manhã é que o relator da CPI e seu presidente, o senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), tomaram conhecimento oficial do trabalho coordenado pelo deputado Luiz Salomão (PDT-RJ). O relator recebeu o documento e, antes mesmo de qualquer leitura, foi levá-lo ao gabinete de Passarinho, que já havia recebido um telefonema do governador João Alves (SE), contestando o rela-

tório. Ao meio-dia, Magalhães trancou-se no gabinete de Passarinho e fez uma leitura cuidadosa do relatório e descartou as alegações do governador sergipano. “Não há erro no número de ligações, os números do JORNAL DO BRASIL são os mesmos do relatório. Se há equívoco foi na perícia”, afirmou.

Magalhães insistiu que não teria condições de avaliar a repercussão dessas novas informações. Passarinho não quis comentar, preferindo usar da ironia: “Em tese, isto demonstra que as nossas telecomunicações funcionam bem”. Outros integrantes da CPI, como o deputado Zaire Resende (PMDB-MG), consideram que as informações do relatório podem agravar a situação de alguns investigados. O deputado Sérgio Miranda (PC do B-MG), integrante da subcomissão de emendas, lamentava que estes dados tenham chegado tão tarde. “Se este trabalho ficasse pronto antes, poderíamos cruzar com as informações trabalhadas por nossa subcomissão”, disse Miranda.

Alves nega ligações *43*

O governador de Sergipe, João Alves Filho (PFL), negou que tenha telefonado 9.497 vezes para as empreiteiras OAS e Queiroz Galvão, entre o final de 1989 e a semana passada. Alves disse que, para chegar a esse total, teria que fazer cerca de dez ligações por dia. “É um absurdo. Posso até ter respondido algumas ligações, mas certamente não liguei tanto”. Ao fazer essas observações, Alves ignora que telefonar para empreiteiras — como foi constatado pela perícia — não constitui, em si, prova de desonestidade. Mas o número de ligações, que ele contesta, é tão intrigante que o relator Roberto Magalhães decidiu encaminhar o assunto para a CPI das Empreiteiras.

Para Alves, porém, o levantamento teve origem em intrigas do prefeito de Aracaju, Jackson Barreto, seu adversário político, candidato a governador de Sergipe pelo PDT, partido liderado na Câmara pelo deputado Luiz Salomão (RJ), que supervisionou o levantamento dos telefonemas.

“A CPI concluiu que não tem nada contra mim. Por isso estão tentando novamente me incriminar”, defendeu-se.

Segundo o levantamento da CPI, as ligações foram feitas do telefone de Maria do Carmo do Nascimento Alves, mulher de Alves. O governador admitiu que ela possa ter alguma linha telefônica em seu nome, “porque é uma empresária”. Mas assegurou que as empreiteiras Queiroz Galvão e OAS não obtiveram qualquer favorecimento em Sergipe.

A Queiroz Galvão, informou o governador, teve só uma obra, contratada por seu antecessor e renegociada por um valor 30% mais barato. Além disso, perdeu todas as concorrências públicas realizadas pelo estado nos últimos anos. A OAS tem três obras, interrompidas por falta de recursos. Segundo Alves, as obras são pequenas e apenas uma será concluída este ano. “Eles não têm motivos para ter simpatias comigo”, disse.



Texto contra Ibsen Pinheiro é “mais contundente e incriminador”